

UNILAVRAS

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE LAVRAS

CNPJ: 22.075.444/0001-29

AS NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 - Em Reais

18. APLICAÇÃO DE SUBVENÇÕES E CONVÊNIOS ESPECÍFICOS

Em atendimento a ITG 2002 (R1), a Entidade está demonstrando a aplicação dos recursos e as responsabilidades decorrentes de tais recursos, conforme abaixo:

Modalidade e Órgão - Custeio FAPEMIG

Projeto	Responsabilidades decorrentes	Valores recebidos em 2018	Valores aplicados	Valores pagos 2018 recursos recebidos exercício 2017	Valores a pagar 2019 recebidos exercício 2018	Saldo de ativo com restrição	Saldo de passivo com restrição
Convênio de concessão de bolsas nº 5.255/15, visando o apoio ao fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico, a pesquisa, a difusão e a capacitação tecnológica.	Estabelecer normas e regular procedimentos para concessão e pagamento de bolsas implementadas nos programas institucionais e demais modalidades estabelecidas pela FAPEMIG.	192.000	192.000	-	16.000	39.063	39.063

19. AÇÃO ORDINÁRIA MOVIDA CONTRA A UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)

- A Fundação Educacional de Lavras, no dia 10 de janeiro de 2019, interpôs ação judicial em face da União Federal, pretendendo a anulação do débito a título de contribuição social desde 2006 e a devolução dos valores pagos. O processo foi registrado sob o nº 1000031-93.2019.4.01.3808 e corre perante Vara Federal Cível e Criminal da SSJ de Lavras, MG, Tribunal Regional Federal da 1.ª Região. No dia 8/3/2019, foi proferida decisão judicial no processo, deferindo a tutela de urgência pleiteada. Assim restou decidido: “Com essas considerações, defiro o requerimento de tutela de urgência, para suspender a exigibilidade dos créditos tributários de contribuições para a seguridade social, constituídos ou não até a presente data, inclusive aqueles objeto de parcelamento, alcançados pela regra de imunidade prevista no art. 195, § 7.º, da Constituição Federal, no período a partir de 2006, possibilitando à autora a obtenção de certidão de regularidade fiscal (CPD-EN), desde que inexistam outros débitos obstaculizando sua emissão, devendo a União se abster de praticar atos de cobrança, resguardada a possibilidade de constituição do crédito tributário para prevenção da decadência.” Portanto, todos os débitos a título de contribuições sociais, inseridos ou não em parcelamentos, encontram-se suspensos por força de decisão judicial. 20. OBRIGAÇÕES PARA FINS DE CEBAS - (I) Cadastro nos sistemas de informação Conforme determinação do art. 40 da Lei nº 12.101/09 e art. 41 do Decreto nº 8.242/14, a Fundação já procedeu ao recadastramento no MEC pelo site no SISCEBAS (http://sisjcebas.mec.gov.br/). Conforme previsto no § 4.º do Decreto Federal nº 8.242/14, todas as bolsas de estudos computadas como aplicação em gratuidade pela Fundação estão informadas no Censo da Educação Superior (E-mec). Caso ainda não estejam, por questões operacionais do INEP (datas de fechamento do censo), a Fundação mantém controles dessas bolsas para que sejam inseridas na próxima abertura do sistema INEP. (II) Plano Nacional de Educação - Os serviços de educação desenvolvidos pela Fundação são atividades de inserção ou proteção nas Políticas Públicas de Educação — Plano Nacional de Educação (PNE) — e na Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394/96) em que está inserida e, como consequência, por elas, regulamentadas. (III) Análise do perfil socioeconômico - A Fundação mantém controle individual dos prontuários, com documentação e informações prestadas pelos alunos, respaldando a análise socioeconômica e a concessão das bolsas educacionais integrais e parciais, na educação básica e superior. (IV) Demonstrativo de Cumprimento da Gratuidade - Em atendimento ao art. nº 13 (Educação Básica) e 13A (Educação Superior COM Prouni) da Lei Federal nº 12.101/09, apresenta-se abaixo quadro que demonstra o cumprimento dos requisitos mínimos para a manutenção do certificado de entidade beneficiante da Fundação.

Lei 12.101 de 2009 (alterada pela 12.868 de 2013)

Portaria Normativa MEC nº 15 de 2017

	Educação Básica	Educação Superior
Total dos alunos matriculados (a)	732	2.418
Alunos bolsa integral (Lei 12.101/2009)	Io 103	110
Alunos bolsa integral e com deficiência (Lei 12.101/2009)	Id 3	0
Alunos bolsa integral e em tempo integral (Lei 12.101/2009)	It 0	0
Alunos bolsa integral (Lei 11.096/2005 - PROUNI)	lpro 0	234
Alunos bolsa integral (Pós graduação strictu sensu) (Lei 12.101/2009)	lpg 0	0
Número total de alunos com bolsa integral (Lei 12.101/2009)	I 106	344
Outras bolsas integrais (b)	28	11
Alunos matriculados em cursos que não sejam de graduação ou sequencial de formação específica regulares (c)	0	0
Alunos inadimplentes (d)	26	70
Alunos pagantes> (a) - (b) - (c) - (d)	N 678	2.337
Alunos bolsa parcial de 50% (Lei 12.101/2009)	Po 20	18
Alunos bolsa parcial de 50% (Lei 11.096/2005 - PROUNI)	Ppro 0	122
Alunos bolsa parcial de 50% (Pós graduação strictu sensu) (Lei 12.101/2009)	Ppg 0	0
Número total de alunos com bolsa parcial de 50% (Lei 12.101/2009)	P 20	140
Número total de bolsas integrais equivalentes	B 117	414
Outras bolsas parciais	165	257
Cálculo dos benefícios complementares		
Montante dos custos realizados pela entidade com benefícios complementares	Vbc RS 0,00	RS 0,00
Receita Bruta anual de Mensalidades	M RS 0,00	RS 0,00
Total de alunos matriculados excluindo-se os inadimplentes	A 706	2.348
Valor de referência utilizado para conversão dos benefícios complementares	Vr RS 0,00	RS 0,00
Bolsas integrais convertidas em benefícios complementares	0	0
Limite de benefícios complementares (até 25% do máximo de bolsas integrais)	39	138
Número de benefícios complementares utilizados no cálculo	BC 0	0
Verificação do atendimento das proporções de bolsas de estudo	Art. 13	Art. 13-A
Quantidade mínima de bolsas 1/5 (Educação Superior sem Prouni 1/4)	Atendido	Atendido
Quantidade mínima de bolsas 1/9	Atendido	Atendido

Lavras, 31 de dezembro de 2017

João Antônio Argenta
Presidente

Jussânia Ap. Santos
Contadora 078719/0-3

CONSELHO DIRETOR – PARECER

O Conselho Diretor da Fundação Educacional de Lavras, no cumprimento das disposições estatutárias, considerando adequação dos documentos e demonstrações contábeis frente às normas da legislação vigente, analisou e aprovou por unanimidade de seus membros, o Relatório Anual da Administração, Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis relativos ao ano de 2018, apresentados pela Srª. Jussânia Aparecida dos Santos Silva, Contadora da Fundação, e Fernando Caetano Delgado, Gestor Financeiro, devidamente submetidos à análise do Conselho Fiscal.

Lavras, 22 de março de 2019

João Antônio Argenta

Cássio Vicente Pereira
Heron de Carvalho

CONSELHO FISCAL - PARECER

O Conselho Fiscal da Fundação Educacional de Lavras, de acordo com o disposto no art. 32 do Estatuto, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Contábeis e o Balanço Patrimonial do exercício social findo em 31/12/2018. Com base nos documentos apresentados, nas análises levadas a efeito e nos esclarecimentos prestados pela Contabilidade e Gestão Financeira da Fundação, este Conselho Fiscal, por unanimidade de seus membros, conclui favoravelmente à aprovação de tais documentos.

Lavras, 22 de março de 2019

Prof. Marcelo Ferreira Viana

Profª. Laiz Helena de Castro
Toledo Guimarães
Prof. Douglas Campideli Fonseca

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE LAVRAS

Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis da FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE LAVRAS, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018, as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE LAVRAS, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em atendimento a Norma Brasileira de Contabilidade – ITG 2002 (R1), específica para as Entidades sem Finalidades de Lucros, bem como, a NBC TG 1000 (R1).

Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva.

Ênfase - Conforme nota explicativa nº 11, o saldo de RS 15.219.214,88 (quinze milhões duzentos e dezesseis mil duzentos e quatorze reais e oitenta e oito centavos) apresentado em 31 de dezembro de 2018 refere-se à provisão de débitos relativos à contribuição previdenciária patronal, em valores nominais. Os referidos débitos, de períodos anteriores, vencidos até 31 de dezembro de 2013, estão inseridos nos programas de parcelamento tributário “Refis da Lei nº 12.865/2013” e “Refis da Copla da Lei nº 12.996/2017”. O saldo de RS 21.570.703,91 (vinte e um milhões quinhentos e setenta mil setecentos e três reais e noventa e um centavos) apresentado em 31 de dezembro de 2018 refere-se à provisão de débitos relativos à contribuição previdenciária patronal, de dezembro de 2013 a dezembro de 2018, em valores nominais. Em julho de 2018, foi concedida a Fundação, o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), que, em relação à contribuição previdenciária patronal, importa na concessão de imunidade. O reconhecimento à imunidade, por meio do CEBAS, vem sendo pleiteado desde 2009, com comprovação dos requisitos desde 2006. Embora a Administração Pública tenha concedido a Fundação o CEBAS com validade para os 3 (três) próximos anos, a contar da publicação da decisão, que ocorreu em 02/07/2018, a decisão que reconhece a imunidade tem natureza declaratória, retroagindo a data em que foram atendidos os requisitos em Lei Complementar, conforme a Súmula 612 do STJ e jurisprudência relacionada. Contudo, a Administração Pública não se manifestou na oportunidade da decisão da concessão do CEBAS sobre os seus efeitos retroativos, ensejando que a Entidade impetrasse perante a Justiça Federal, em 10/01/2019, a Ação Declaratória nº 1000031.93.2019.4.01.3908, para fins de declaração da inexistência de relação jurídica tributária e dos lançamentos a título de contribuição previdenciária patronal desde 2006, pedindo tutela de urgência. Apesar do provável êxito nesta demanda, visto o alcance do amparo jurisprudencial favorável a seu pleito, a Fundação optou, por conservadorismo e prudência, manter as provisões dos débitos de contribuição previdenciária patronal para este exercício findo em 31 de dezembro de 2018, até que haja a decisão definitiva do juízo sobre a matéria.

Outros assuntos - As demonstrações contábeis da FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE LAVRAS, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins de comparação, foram por nós examinadas sobre as quais emitimos o relatório de auditoria em 13 de março de 2018, sem ressalvas e com parágrafos de ênfase.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 21 de março de 2019.

ACE AUDITORIA ASSESSORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL
CRC-MG nº 4.753

Dário Lúcio Pinto
Sócio Responsável
Contador-CRC-MG 36.375

Domingos França da Costa
Diretor Responsável
Contador-CRC-MG 52.326

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACATU/MG

A Pref. torna público a abertura do Proc. Licit. 28/2019, CREDENCIAMENTO/ INEXIGIBILIDADE 001/2019 - Credenciamento de Pessoa Jurídica Para Prestação de Serviços Médicos, Clínico Geral, Plantões E Especialistas Em Cardiologia, Cardiologia/ Procedimentos, Ortopedia, Pediatria E Psiquiatria Para Atender Ao Município De Ibiracatu/MG. - Credenciamento: 23/04/19 até 30/04/19. e-mail: pmibiracatulicitacao@gmail.com, site: <http://www.ibiracatu.mg.gov.br>

Cleiton Aparecido Pereira Binas - Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSENÓPOLIS-MG

A PREFEITURA DE JOSENÓPOLIS-MG, com sede à Rua Santos Pestana, 20 – Centro - 39.575-000, torna-se público a quem interessar que estará realizando no dia 09/05/2019, às 08h00min, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL SRP N.º 15/2019, objetivando o registro de preços para a aquisição de combustíveis. Informações complementares no endereço acima mencionado ou através do e-mail: licitacao.josenopolismg@gmail.com. José G. Teixeira – Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE/MG

Torna público o extrato do contrato do Proc. Lic. nº 038/2019 - Disp. nº 005/2019. Fornec. de Processadoras de Filme RX, para a FUMASA, através de recursos do M.S., Portaria nº 2.047 de 05/07/18 - Proposta nº 11266.445000/1180-02 – FMS, em consequência de rescisão contratual. Contrato: nº 047/19 - PATOS DIST. LTDA - EPP. Total: 25.200,00. São João da Ponte/MG, 17/04/19. Rafaela Rosana Pereira. Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSENÓPOLIS-MG

A PREFEITURA DE JOSENÓPOLIS-MG, com sede à Rua Santos Pestana, 20 – Centro - 39.575-000, torna-se público a quem interessar que estará realizando no dia 09/05/2019, às 09h30min, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL SRP N.º 16/2019, objetivando o registro de preços para a contratação exclusiva de ME/EPP para prestação de serviços de equipe de apoio, locação de equipamentos, sonorização, iluminação e estrutura em geral, para realização das diversas festividades do Município de Josenópolis-MG. Informações complementares no endereço acima mencionado ou através do e-mail: licitacao.josenopolismg@gmail.com. Jose G. Teixeira – Pregoeiro.

SAAE-SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE GOVERNADOR VALADARES/MG

EDITAL PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2019 – REPUBLICAÇÃO. O SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Governador Valadares, torna público que fará realizar o Processo Licitatório nº 019/2019, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL nº 016/2019 - tipo menor preço por item, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ANÁLISES DE AMOSTRAS DE ÁGUA TRATADA E DE ÁGUA BRUTA. O Edital encontra-se disponível no site: www.saaegoval.com.br, podendo ser obtido também através do email licitacao@saaegoval.com.br. O início de julgamento dar-se-á às 09h00min do dia 09 de maio de 2019. Governador Valadares, 24 de abril de 2019. (a): Sebastião Pereira de Siqueira - Diretor Geral do SAAE.

SAAE-SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE GOVERNADOR VALADARES/MG

EDITAL PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2019 – REPUBLICAÇÃO. O SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Governador Valadares, torna público que fará realizar o Processo Licitatório nº 008/2019, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL nº 008/2019 - tipo menor preço por item, que tem por objeto a aquisição de TANQUES DE ARMAZENAGEM DE HIDRÓXIDO DE SÓDIO. O Edital encontra-se disponível no site: www.saaegoval.com.br, podendo ser obtido também através do email licitacao@saaegoval.com.br. O início de julgamento dar-se-á às 09h00min do dia 10 de maio de 2019. Governador Valadares, 24 de abril de 2019. (a): Sebastião Pereira de Siqueira - Diretor Geral do SAAE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACATU/MG

A Pref. torna público a abertura do Proc. Licit. 029/2019, PP/SRP 017/2019 - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS.- Credenciamento: 09/05/19 às 07h30min - Abertura da sessão 09/05/19 às 07h45min. e-mail: pmibiracatulicitacao@gmail.com, site: <http://www.ibiracatu.mg.gov.br>

Cleiton Aparecido Pereira Binas - Pregoeiro Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE/MG

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE/MG torna público a Retificação do P. L. nº 040/2019 P. P SRP 020/2019 em razão de erro material. Onde se lê Proc. Lic. 040/2019 P. P. SRP nº 020/2019, passa-se a ler Proc. Lic. 039/2019 P. P. SRP nº 020/2019. Aquisição de gêneros alimentícios, água mineral e bomboniere. São João da Ponte MG, 24 de abril de 2019. Daniela Mendes Soares - Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS – MG. Aviso de RETIFICAÇÃO e NOVA DATA do Processo Licitatório nº 51/2019 – Pregão 32/2019. Menor Preço Por Lote. Registro de preços para futura e eventual prestação de serviços de LOCAÇÃO MENSAL DE VEÍCULOS, para atender a Secretaria Municipal de Saúde. Data de apresentação de envelopes e julgamento: 09h00min do dia 17/05/2019. O Edital encontra-se na sede da Prefeitura Municipal, à Av. Dr. Sylvio Menicucci, nº 1575, Bairro Presidente Kennedy ou pelo site www.lavras.mg.gov.br. Telefone: (35) 3694-4021. Rodrigo Moreti Pedroza – Diretoria de Suprimentos.

MUNICÍPIO DE PIRAÚBA – Publicação de Licitação – Pregão Presencial n.º 017/2019 – PRC n.º 029/2019. Objeto: aquisição para a Secretaria Municipal de Saúde de 01 (um) veículo Pick-up, Cabine Dupla 4x4 (Diesel) 0Km, para transporte de equipe da UBS Dr. Armando Xavier Vieira, referente a proposta de aquisição de equipamento/material permanente n.º 11980.583000/1170-02, celebrado com o Ministério da Saúde – Fundo Nacional de Saúde, conforme especificações do termo de referência anexo I do referido edital. Abertura dia 09/05/2019 às 12:30 horas. Local: Rua Opemá, 610 – Centro – Piraúba – MG. O Edital encontra-se disponível nesta Prefeitura no Setor de Compras e Licitações ou através de solicitação por e-mail compras@piraubamg.gov.br. Outras informações (32) 3573-1575 no horário de 12:00 às 18:00 horas. Piraúba, MG, aos 24 de Abril de 2019. Adriano Carvalhaes Gravina – Prefeito Municipal. Fabiana Gonçalves de Paiva Benevenuto – Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARANGOLA/MG

Aviso de Licitação. A Prefeitura Municipal de Carangola-MG, através de seu Pregoeiro Oficial, torna a público a abertura do Processo Licitatório nº 028/2019, Pregão nº 017/2019, do tipo menor preço. Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais médicos hospitalares, destinado ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Carangola, conforme especificações constantes do Termo de Referência, com exclusividade de itens e reserva de cotas para Microempresas - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e Microempreendedores Individuais - MEI. Entrega dos envelopes/Abertura/Credenciamento: 09/05/2019 às 09:00 horas. Informações pelo site: www.carangola.mg.gov.br; Telefone: (32) 3741-9604; e-mail: licitacao@carangola.mg.gov.br, ou pessoalmente no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Carangola/MG, situado na Praça Coronel Maximiano, 88, bairro Centro, Carangola-MG, CEP. 36.800-000. Carangola/MG, 24 de abril de 2019. Ícaro Bertolaci Tavares de Melo - Pregoeiro Oficial.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ESPECIALIDADES - CIESP

AVISO DE LICITAÇÕES

O CIESP torna público que se encontra aberto o Processo 024/2019 - Pregão Presencial Nº004/2019-Registro de preços-Tipo Menor Preço por item - Objeto: AQUISIÇÃO DE PNEUS; CÂMARAS DE AR E PROTETORES DE CÂMARA DE AR NOVOS PARA O CIESP-MUNICÍPIOS CONSÓRCIADOS PARTICIPANTES –cf especificações detalhadas do Edital. Data abertura dos envelopes: 07/05/2019 às 14:00 horas - Consórcio Intermunicipal de Especialidades “CIESP”, Rua Morvan Dias de Figueiredo, 11, Centro, Bicas/MG. Fone: (32) 3271.2999 - Sendo que o Edital e seus anexos poderão ser solicitados pelo e-mail licitacao@ciesp.mg.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE/MG

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE/MG torna público a Retificação do P. L. nº 039/2019 P. P SRP 019/2019 em razão de erro material. Onde se lê Proc. Lic. 039/2019 P. P. SRP nº 019/2019, passa-se a ler Proc. Lic. 037/2019 P. P. SRP nº 019/2019. Locação de Impressoras e aquisição de tonner. São João da Ponte MG, 24 de abril de 2019. Daniela Mendes Soares. - Preogeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS/MG. Aviso de Retificação e Nova Data do Processo Licitatório nº 07/2019, Pregão nº03/2019. Menor preço por item. Aquisição de Material de Expediente. Data de Apresentação de Envelopes e Julgamento: 09h00min do dia 14/05/2019. O Edital encontra-se na sede da Prefeitura Municipal, à Av. Dr. Sylvio Menicucci, nº 1575, Bairro Presidente Kennedy ou pelo site www.lavras.mg.gov.br. Telefax: (35)3694-4021. Rodrigo Moreti Pedroza – Diretor de Suprimentos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA/MG

AVISO DE LICITAÇÃO

Torna público, nos termos da Lei nº 8.666/93, a realização da Licitação modalidade Dispensa nº 006/2019 - Chamada Pública nº 001/2019, para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e/ou empreendedor familiar rural para atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, que atende os alunos matriculados nas unidades educacionais da rede pública municipal de Santo Antônio do Grama. A entrega e a abertura dos envelopes será às 09h00min do dia 16/05/2019, na sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitação, à Rua Padre João Coutinho, nº 121, Centro, Santo Antônio do Grama/MG. Informações pelo telefone (31) 3872-5005.

Gilvan de Assis
Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS – MG. Aviso de publicação do Processo Licitatório nº 56/2019 – Pregão 35/2019. Menor Preço Por Item. Registro de Preços para futura e eventual AQUISIÇÃO DE GÁS (P13) E GÁS (P45), com vasilhame em comodato, para atender a Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Mobilidade Urbana, Secretaria Municipal Administração e Gestão de Pessoas, Secretaria Municipal de Obras, Regulação Urbana e Defesa civil, Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Esporte Lazer, Turismo e Cultura. Data de apresentação de envelopes e julgamento: 09h00min do dia 20/05/2019. O Edital encontra-se na sede da Prefeitura Municipal, à Av. Dr. Sylvio Menicucci, nº 1575, Bairro Presidente Kennedy ou pelo site www.lavras.mg.gov.br. Telefone: (35) 3694-4021. Rodrigo Moreti Pedroza – Diretoria de Suprimentos.